



SUMÁRIO

- 17 APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO
Carlos Moore
- 21 INTRODUÇÃO À NOVA EDIÇÃO
Elisa Larkin Nascimento
- 25 APRESENTAÇÃO
Muniz Sodré
- 27 INTRODUÇÃO
Elisa Larkin Nascimento
- 33 NOTA BÁSICA PARA A LEITURA DESTE VOLUME
- PARTE 1: ANTECEDENTES**
- 37 1. ABORDAGEM AFROCENTRADA, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO
Charles S. Finch III e Elisa Larkin Nascimento
- 71 2. CHEIKH ANTA DIOP CONFIRMADO
Charles S. Finch III

**PARTE 2: POSTURA EPISTEMOLÓGICA E FUNDAMENTOS
TEÓRICOS**

- 93 3. AFROCENTRICIDADE: NOTAS SOBRE UMA POSIÇÃO
DISCIPLINAR
Molefi Kete Asante
- 111 4. A AFROCENTRICIDADE COMO UM NOVO PARADIGMA
Ama Mazama
- 129 5. TEORIA CRÍTICA AFRICANA
Reiland Rabaka
- 147 6. CONEXÕES DA DIÁSPORA AFRICANA: UMA RESPOSTA AOS
CRÍTICOS DA AFROCENTRICIDADE
Mark Christian
- 167 7. A AFROCENTRICIDADE E SEUS CRÍTICOS
Charles S. Finch III

PARTE 3: A ABORDAGEM AFROCENTRADA NO BRASIL

- 181 8. O OLHAR AFROCENTRADO: INTRODUÇÃO A UMA
ABORDAGEM POLÊMICA
Elisa Larkin Nascimento
- 197 9. QUILOMBISMO: UM CONCEITO EMERGENTE
DO PROCESSO HISTÓRICO-CULTURAL DA POPULAÇÃO
AFRO-BRASILEIRA
Abdias Nascimento
- 219 10. A IDENTIDADE CONTRADITÓRIA DA MULHER NEGRA
BRASILEIRA: BASES HISTÓRICAS
Vânia Maria da Silva Bonfim

PARTE 4: APLICAÇÕES ESPECÍFICAS

- 253 11. MULHERES AFRICANAS NOS ESTADOS UNIDOS
Katherine Bankole
- 277 12. SAKHU SHETI: RETOMANDO E REAPROPRIANDO UM FOCO
PSICOLÓGICO AFROCENTRADO
Wade W. Nobles

299 13. O SERVIÇO SOCIAL AFROCENTRADO NA GRÃ-BRETANHA
E NOS ESTADOS UNIDOS
Mekada Graham

315 14. O RABEQUISTA E A FESTA: UMA CRÍTICA AFRICANA
À “EDUCAÇÃO MULTICULTURAL” NOS ESTADOS UNIDOS
Asa G. Hilliard III

PARTE 5: A DISCIPLINA

333 15. A FUNÇÃO E O FUTURO DOS ESTUDOS AFRICANA:
REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE SUA MISSÃO, SEU SIGNIFICADO
E SUA METODOLOGIA
Maulana Karenga

361 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO

POR QUE AS MATRIZES AFRICANAS?

A **REEDIÇÃO** da coleção Sankofa acontece em um momento de singular importância para os estudos brasileiros sobre a África e as diásporas africanas. Hoje, os estudos africanos não atendem apenas a uma demanda exclusiva do movimento social negro, mas de toda a sociedade, e tornam-se indispensáveis para o conhecimento do mundo no qual vivemos e dos mundos que nos precederam. Fruto do ativismo de educadores negros e seus aliados, a Lei nº 10.639/2003 coloca a sociedade inteira diante da obrigatoriedade de assumir o legado africano como uma precondição essencial para desenvolver o conhecimento. Era precisamente isso – assumir essa precondição e atender a essa demanda – que se almejava com a produção da coleção Sankofa na década de 1980. Por que assumir o legado africano como precondição essencial do conhecimento? Os temas abordados nestes quatro volumes vêm nos mostrar: as histórias e as culturas africana e afro-brasileira dizem respeito não apenas aos descendentes africanos, mas à humanidade como um todo e ao Brasil como nação.

No primeiro volume, vamos conhecer por que a noção da África como berço único da humanidade, arcaica e moderna, é um dos dados

que se impõem com força cada vez maior nos estudos interdisciplinares sobre os seres humanos e as redes sociais complexas que estes têm constituído ao longo de seus quase três milhões de anos de existência. Entenderemos por que é necessário conhecer a África para compreender a origem das primeiras civilizações e a formação do mundo antigo e contemporâneo. Teremos uma introdução à saga de resistência dos povos africanos ao domínio colonial e ao sistema escravista mercantil, que implantou as nações modernas das Américas, e exploraremos as implicações dessa dinâmica nas relações entre Brasil e África. O segundo volume aborda aspectos básicos de como a matriz africana fundamenta a cultura brasileira e da importância da luta antirracista dos negros para a história brasileira, inclusive na área da educação. O terceiro volume mostra o papel fundamental da mulher negra e da religiosidade de origem africana na formação da cultura brasileira e nas perspectivas de sustentação do meio ambiente. No quarto volume, conheceremos uma das contribuições que os intelectuais africanos oferecem ao desenvolvimento do saber no mundo contemporâneo.

Este conjunto de obras aparece em um momento no qual já foi nitidamente desenhado o tipo de estruturas socioeconômicas planetárias que pretendem ditar as normas em todos os âmbitos, especialmente no da educação. O mundo globalizado que tomou forma a partir da queda do projeto comunista e do fim da Guerra Fria é um mundo hegemônico não somente do ponto de vista econômico e político, mas também (e sobretudo) do ponto de vista ideológico. Embora se apresente como um mundo anti-ideológico – aliás, como o mundo do fim das ideologias –, na realidade ele massifica e difunde globalmente uma cultura ideológica que se apresenta como inclusiva. Trata-se da imagem fracionada de uma diversidade rasa e fácil, transmitida nos pulsos eletrônicos dos meios de comunicação de massa, incapaz de remeter à riqueza e à profundidade das diferentes culturas e experiências históricas. O recente revisionismo da narrativa histórica sobre a África faz parte dessa visão hegemônica cujo impacto contribui para manter a subalternização e a dominação dos povos e descendentes africanos.

A coleção Sankofa realiza um trabalho no sentido contrário – o de reafirmar e aprofundar as bases históricas de uma narrativa cujos pro-

* APRESENTAÇÃO À NOVA EDIÇÃO *

tagonistas são o próprio povo africano e sua produção intelectual e científica – e oferece referenciais para uma formação intelectual capaz de contemplar as verdadeiras dimensões de nossa diversidade, contribuindo assim para a elaboração do pensamento contemporâneo.

CARLOS MOORE
Salvador, 2008



INTRODUÇÃO À NOVA EDIÇÃO

APÓS TREZE anos, voltamos a editar a coleção Sankofa (desta vez em quatro volumes), no intuito de atender à demanda que aumentou bastante desde a primeira edição. Continuam escassos, se comparados à amplitude dessa demanda, os recursos disponíveis para subsidiar o ensino da história e da cultura afro-brasileiras, apesar de estar em vigor, há seis anos, a lei que o torna obrigatório.

Tal demanda não é apenas quantitativa, mas principalmente qualitativa. Precisamos de obras que abordem esses temas de um novo ponto de vista. Carecemos de pesquisas e reflexões construídas sobre novas bases epistemológicas. As informações reunidas nos volumes da coleção Sankofa atendem a essa demanda específica, e temos certeza de que serão de grande valor para uma população que está inserida em um mundo cada vez mais globalizado e procura fundamentar uma nova articulação de sua identidade. Refiro-me à população brasileira, e não apenas aos negros brasileiros. Para estes, porém, a recuperação de identidade ganha uma dimensão especial, pois a distorção, a escamoteação e a falta de referências sobre a história e a cultura africanas desembocam no desconhecimento de suas raízes, que são também as raízes do Brasil e dos países da diáspora.

A falta de conhecimento sobre suas origens contribui para que muitos afrodescendentes tenham baixa auto-estima, o que impede seu acesso pleno às oportunidades e mina sua capacidade de lutar por direitos. Essa situação levou o movimento social afro-brasileiro a exercer forte pressão política. Esse movimento, que vem se articulando desde a Convenção Nacional do Negro, realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo nos anos de 1945 e 1946, quando intelectuais e ativistas negros advogaram medidas afirmativas no contexto da Assembléia Constituinte de 1946, expandiu-se bastante nas décadas de 1970 e 1980. No final do século XX, com a terceira Conferência Mundial contra o Racismo, o movimento abriu nova brecha com a modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003), que tornou obrigatória a temática história e cultura afro-brasileiras¹.

A primeira edição desta coleção marcou um momento rico nesse processo, pois foi publicada pela Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-brasileiras (Seafro), único órgão executivo estadual de primeiro escalão voltado para a articulação e implementação de políticas públicas de combate ao racismo.² O projeto Sankofa incluía a distribuição dos livros às bibliotecas públicas e às redes de ensino municipais e estadual do Rio de Janeiro, bem como a realização de fóruns e atividades de preparação de educadores para o ensino da história e da cultura afro-brasileiras. Essas iniciativas aconteceram uma década antes da promulgação da Lei nº 10.639, de 2003. Essa primeira versão da coleção Sankofa, em dois volumes, reunia os textos de apoio para o curso Sankofa, ministrado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro) no período de 1983 a 1995³, bem como o resultado dos dois fóruns que o Ipeafro realizou em conjunto com a Seafro, nos anos de 1991 e 1993. A segunda edição da coleção teve três volumes e trouxe novos ensaios⁴.

A presente coleção baseia-se nesses três livros, atualizados e com novos conteúdos, e agrega um quarto, a presente antologia sobre afrocentricidade. O primeiro volume, *A matriz africana no mundo*, introduz o leitor à história e às civilizações africanas da antiguidade e ao legado do grande cientista senegalês Cheikh Anta Diop. Oferece também uma introdução à história da resistência pan-africana e às relações do Bra-

sil com a África. O segundo volume, *Cultura em movimento – Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil*, focaliza a matriz africana no Brasil, o movimento social afro-brasileiro e a questão prioritária deste: a educação. Aborda a Lei nº 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e traz informações atualizadas sobre esses temas, inclusive referentes ao Fórum Memória Viva que o Ipeafro realizou em 2007. O terceiro volume, *Guerreiras de natureza – Mulher negra, religiosidade e ambiente*, com apresentação de Mãe Beata de Yemonjá, fala sobre a mulher negra, o culto aos orixás e a preservação da natureza, abordando inclusive a ação jurídica contra a intolerância religiosa. A coleção ganha agora este, o seu quarto volume, uma antologia de ensaios sobre a afrocentricidade. Assim introduzimos ao público brasileiro esta proposta epistemológica que o professor Molefi K. Asante articulou a partir dos referenciais da tradição e do saber africanos e diaspóricos.

Com esta nova coleção, buscamos ampliar e atualizar a proposta do projeto Sankofa, trazendo para conhecimento do público brasileiro uma inovação teórica capaz de subsidiar o desenvolvimento de novos rumos e novas expressões do pensamento crítico afro-brasileiro. Temos certeza de que o momento é certo, pois tanto a formação de pesquisadores e pensadores afrodescendentes como a obrigatoriedade do ensino de sua história e cultura apontam para uma nova efervescência da produção acadêmica nessa área.

ELISA LARKIN NASCIMENTO
Rio de Janeiro, 2008

NOTAS

- 1 | MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (SECAD). Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. (Parecer CNE/CP 003/2004). In: MEC/SECAD. *Ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006, p. 229-57. Também disponível em: <<http://diversidade.mec.gov.br/sdm/arquivos/diretrizes.pdf>>.

- 2 | Leonel de Moura Brizola, então governador do Rio de Janeiro, criou a Seafro em 1991. Em 1995, o sucessor de Brizola a extinguiu. Vale lembrar que os conselhos estaduais e municipais de defesa dos direitos dos negros são órgãos consultivos.
- 3 | Alguns desses textos, mais tarde, desdobraram-se em livros: Lopes (2003), Lopes (2006), Nascimento, A. (2002c), Nascimento, E. (2003b).
- 4 | O Conselho Editorial da Uerj aprovou a coleção de três volumes, mas a EdUerj publicou somente o primeiro (Nascimento, E., 1996).



APRESENTAÇÃO

INDEPENDENTEMENTE DAS posições contrárias ou favoráveis a muitas das posições manifestadas ao longo dos textos da série Sankofa, este quarto volume vem ratificar as suposições no sentido de que as publicações e os debates sobre a vitalidade das formas culturais de matriz africana, a radicalidade da presença negra no mundo, estão destinados a marcar a *noosfera* do terceiro milênio. Na verdade, não se trata apenas de dispersas modalizações culturais, mas da incidência continuada de uma linhagem civilizatória que, mesmo considerando-se a existente diversidade de “Áfricas”, permite aventar a hipótese de um paradigma cognitivo que precede a Antiguidade grega.

O que hoje se torna cada vez mais claro é que, depois que o Renascimento e a Reforma operaram a homogeneização espacial do mundo de acordo com o ideário da modernidade europeia, a ideia de civilização espalhou-se progressivamente como se fosse o produto natural de uma essência ocidental, logo marcada pela cor branca. Uma espécie de “Ocidente absoluto” para a consciência hegemônica. A naturalização do que era de fato um construto cultural foi impulsionada – além de, claro, pela força das armas – por uma tradição filosófica baseada na teologia dogmática, na tecnologia científica e na ideologia política.

Hoje bem se sabe que a antiga filosofia helênica não era tolhida por nada disso em sua livre especulação sobre a natureza e a cultura, nem acreditava que o conhecimento tivesse nascido com os gregos. Uma longa tradição de pesquisa realça o lugar singular da África na história humana, culminando com a obra pioneira de Cheikh Anta Diop e o posterior conceito de afrocentricidade. A recorrência dessa abordagem é o índice forte da luta por novas representações culturais do desenvolvimento civilizatório. Creio ser esse o projeto teórico de Sankofa.

MUNIZ SODRÉ
Rio de Janeiro, 2008



INTRODUÇÃO

CORPOS E CONHECIMENTOS

VIVEMOS ATUALMENTE, no Brasil, um momento rico na discussão das relações raciais, aquecida pela polêmica em torno das políticas de inclusão racial nas universidades. O *Manifesto em favor da justiça e constitucionalidade das cotas* (Carvalho *et al.*, 2008), assinado por mais de quatro mil pessoas, apresenta um sucinto resumo desse debate. Revela como os argumentos pretensamente científicos – falaciosos, porém sedutores – promovidos por poderosos setores da imprensa nacional contrários às ações afirmativas se baseiam em raciocínios tendenciosos e em alegações enganosas de um suposto racismo às avessas. No empenho de influenciar a opinião pública, os autores desses argumentos manipulam o sentimento de rejeição ao racismo tão caro aos brasileiros de boa fé. Um dos argumentos desvia as atenções para uma falsa polêmica quando alega que as políticas de inclusão dispensam ou menosprezam a melhoria da qualidade do ensino público fundamental e médio. Ao contrário, os defensores das políticas de cotas são os primeiros a insistir na necessidade de investir na melhoria da escola pública e na capacitação de professores como importante política afirmativa de inclusão.

A melhor perspectiva que nos oferecem as políticas de inclusão é o ganho da diversidade, que beneficia a todos: enriquece a convivência e abre novas janelas de percepção, sensibilidade e subjetividade no âmbito universitário. Formar novos protagonistas do discurso acadêmico significa desafiar o monopólio do poder de delimitação dos campos de conhecimento exercitado desde sempre por uma elite minoritária. Assim abrem-se perspectivas de inovação e criatividade.

A confluência das políticas afirmativas com os novos contornos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional cimenta essa perspectiva com a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais e da história e cultura indígenas, africanas e afro-brasileiras. A capacitação de professores exige do ensino superior o compromisso de desenvolver o conhecimento dessas matrizes formadoras de nossa nação. Para isso, não basta a tradicional objetividade do olhar “de fora” que analisa a experiência vital dos povos à luz de paradigmas ocidentais.

A matriz africana da diáspora oferece referenciais para a articulação de outros paradigmas. Um deles é o ideograma Sankofa, que ensina o conhecimento do passado como pedra fundamental da construção do futuro. A pedra africana, como também a indígena, está faltando no tripé sobre o qual tentamos construir a identidade brasileira. Intelectuais negros e índios haverão de garimpar e lapidar essas pedras. Tornando-se protagonistas da produção do conhecimento, os povos discriminados, antes objeto de um conhecimento elaborado a seu respeito por quem se julgava exclusivo dono do saber científico, poderão desenvolver novos referenciais teóricos e empíricos. Ao fazê-lo, estarão injetando cada vez mais vigor e força à academia.

Ao mesmo tempo que a discussão das políticas de inclusão se amplia e ganha profundidade, crescem o reconhecimento e a divulgação da produção e do pensamento próprio de intelectuais africanos e afrodescendentes sobre o tema. O presente volume tem como objetivo introduzir ao público brasileiro uma vertente atual e atuante dessa produção. Trata-se da abordagem epistemológica que fundamentou a criação de um novo campo de conhecimento na academia dos Estados Unidos, os estudos *Africana*. Fruto das lutas por políticas de inclusão protagonizadas por intelectuais ativistas afrodescendentes a partir da

década de 1960, esse campo de conhecimento surgiu da crítica aos tradicionais estudos africanos dominados por intelectuais brancos que focalizavam os negros e africanos como objeto de análise. A crítica revelava que, em muitos casos, passava por conhecimento científico a simples difusão de noções preconceituosas oriundas do discurso da dominação colonial.

O termo “estudos *Africana*” usa a forma plural em latim para indicar dois aspectos de sua polivalência: a múltipla abrangência do campo, que estuda os povos africanos e afrodescendentes em todo o mundo, e a sua metodologia multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar. Com essa orientação plural, a disciplina explora as histórias, as instituições, os movimentos políticos e culturais, as economias, as culturas, a criatividade e as identidades dos africanos e da diáspora em suas expressões históricas, econômicas, políticas, artísticas, literárias, teóricas e epistemológicas. A pluralidade do conceito se reflete também na acepção da palavra “africano”. No âmbito dos estudos *Africana* e da afrocentricidade, o termo “africano” se refere aos afrodescendentes e a seu legado cultural no continente e na diáspora em qualquer parte do mundo.

A afrocentricidade é uma proposta teórica do professor Molefi Kete Asante (1980), idealizador e diretor do primeiro programa de doutorado de Estudos *Africana*, criado na Universidade Temple, em Filadélfia, no final da década de 1980. Como referência teórica explicitada na qualidade de paradigma, a afrocentricidade vem sendo elaborada em grande parte por estudiosos oriundos da diáspora de fala inglesa. Mas, como linha de pesquisa e reflexão, dá continuidade a uma longa tradição que costumo chamar de abordagem afrocentrada, desenvolvida desde o século XIX por autores que não lhe atribuíam esse nome. A obra de maior fôlego e consistência nessa linha é a do cientista e intelectual senegalês Cheikh Anta Diop¹. Embora sua obra constitua referência básica da afrocentricidade, Diop não trabalhava com esse conceito. A proposta, como orientação epistemológica explícita, foi idealizada por Molefi K. Asante no seu livro *Afrocentricity: the theory of social change* [Afrocentricidade: a teoria de mudança social] (1980) e passou a ser amplamente divulgada e desenvolvida após a morte de Diop, em 1986.

Frequentes notícias dão conta da consistente comprovação das teses de Diop por novas pesquisas em vários campos científicos. Apesar disso, e embora seus autores trabalhem sempre com o conceito de raça como construção social e histórica, ainda testemunhamos afirmações de que o pensamento afrocentrado se basearia em critérios biológicos de raça ou em supostas noções de transmissão genética da cultura.

Na presente antologia, reunimos textos escritos por estudiosos e ativistas na linha da afrocentricidade. O leitor poderá verificar ou não a presença do alegado conceito biológico de raça. O que o leitor encontrará, com certeza, são reflexões sobre a teoria do conhecimento em relação ao tema em consideração. A principal indagação da afrocentricidade é se os padrões construídos pelo Ocidente constituem crenças ou conhecimento a respeito de povos e culturas africanos e diaspóricos, de sua filosofia e experiência de vida. A crítica afrocentrada verifica que, em grande parte, o Ocidente postula como conhecimento um conjunto de crenças que sofrem distorções oriundas do etnocentrismo ocidental. O pensamento afrocêntrico investiga e propõe novas formas de articular o estudo, a pesquisa e o conhecimento nesse campo.

Um primeiro e básico postulado da afrocentricidade é a pluralidade. Ela não se arroga, como fez o eurocentrismo, à condição de forma exclusiva de pensar, imposta de forma obrigatória sobre todas as experiências e todos os *epistemes*. Ao enfatizar a primazia do lugar, a teoria afrocêntrica admite e exalta a possibilidade do diálogo entre conhecimentos construídos com base em diversas perspectivas, em boa fé e com respeito mútuo, sem pretensão à hegemonia.

Na primeira parte do livro, o texto assinado por mim e por Charles S. Finch III situa a abordagem afrocentrada num contexto histórico e analítico mais amplo, introduzindo o leitor aos autores que antecedem a afrocentricidade e são seus referenciais. Em seguida, o professor Finch nos introduz à vida e à obra de Cheikh Anta Diop. Na segunda parte, apresentamos a afrocentricidade e seus fundamentos teóricos. Molefi K. Asante, o criador do conceito, abre com reflexões básicas sobre sua proposta. Ama Mazama aborda a afrocentricidade como paradigma. Reiland Rabaka a situa como teoria crítica. Mark

Christian aborda suas conexões transatlânticas com referência ao discurso pós-moderno sobre o “Atlântico Negro”. Finalmente, Charles S. Finch III traz reflexões próprias e avalia o discurso dos críticos da afrocentricidade.

Na terceira parte, focalizamos a abordagem afrocentrada no Brasil. Em meu ensaio, ofereço algumas reflexões sobre sua trajetória e convido o leitor a apreciar o texto básico “O quilombismo”, de Abdias Nascimento. Escrito originalmente em 1980, mesmo ano em que Molefi K. Asante lançou sua *Afrocentricidade*, a proposta do quilombismo foi incluída em duas antologias que reúnem obras de referência da produção intelectual do mundo africano (Asante e Asante, 1990; Abarry e Asante, 1996). O trabalho de Vânia Bonfim representa a abordagem pioneira, por uma mulher negra brasileira, da questão de raça e gênero no Brasil mediante a perspectiva diopiana.

Na quarta parte do livro, reunimos trabalhos sobre temas específicos. Katherine Bankole trata do que é ser mulher africana, na mesma acepção polidimensional dos estudos *Africana*, focalizando a experiência dos Estados Unidos. Wade Nobles, destacado psicólogo afro-norte-americano, fala da subjetividade e referencia sua breve experiência do Brasil como ponto de partida e reflexão. Mekada Graham estuda a utilidade de uma perspectiva afrocentrada na assistência social. E Asa G. Hilliard III traz uma crítica afrocentrada à educação multicultural.

Finalmente, a quinta parte do livro aborda a missão e as perspectivas para o futuro do campo dos estudos *Africana* num ensaio de Maulana Karenga, destacado pensador, um de seus fundadores e autor de obras de referência sobre o tema (Karenga, 1982; 1993; Asante e Karenga, 2006). Assim, fechamos o volume contextualizando a perspectiva teórica e epistemológica da afrocentricidade em sua arena prática, a de produção do conhecimento.

A versão dos textos escritos originalmente em inglês é do muito competente intelectual afro-brasileiro Carlos Alberto Medeiros, com exceção dos capítulos 1, 7 e 15, traduzidos por mim, que revisei todos os capítulos. Os trechos transcritos de originais em outras línguas foram traduzidos pelo autor do texto e vertidos do inglês ao português pelo respectivo tradutor, exceto quando indicado o contrário.

Com este volume esperamos contribuir para o desenvolvimento da produção de conhecimento sobre os povos africanos e convocar os intelectuais e estudiosos a se debruçarem conosco sobre a articulação desse *episteme* e a delimitação do respectivo campo de conhecimento.

ELISA LARKIN NASCIMENTO
Rio de Janeiro, 2008

NOTA

1 | O conteúdo da obra de Cheikh Anta Diop é apresentado no primeiro volume da coleção Sankofa: *A matriz africana no mundo* (Nascimento, E., 2008).



NOTA BÁSICA PARA A LEITURA DESTE VOLUME

O **TERMO** *Africana* aqui não significa o feminino de “africano”. Derivado do plural em latim, refere-se a tudo aquilo que diz respeito ao conjunto formado pela África e sua diáspora.

O uso da forma plural em latim, *Africana*, indica dois aspectos de pluralidade: refere-se aos povos afrodescendentes em todo o mundo e à metodologia multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar dos estudos nesse campo.

Neste livro, sempre que a palavra *Africana* aparecer grafada com maiúscula e em itálico, terá essa acepção.

A pluralidade do conceito se reflete também na acepção da palavra “africano”, que se refere aos afrodescendentes e a seu legado cultural no continente e na diáspora em qualquer parte do mundo. Neste livro, o termo “africano” tem esse sentido.

PARTE I



ANTECEDENTES



ABORDAGEM AFROCENTRADA, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO*

Charles S. Finch III
Elisa Larkin Nascimento

INTRODUÇÃO E CONCEITUAÇÃO

TALVEZ UM paradigma afrocentrado de pensamento nem surgisse se a Europa e os Estados Unidos não resolvessem se apropriar, com exclusividade, da prerrogativa de escrever a história de todo o resto do mundo. A partir do século das luzes, os estudiosos e intelectuais europeus presumiam rotineiramente que eram mais qualificados para determinar a “verdadeira” história dos povos antigos e indígenas que esses próprios povos. Além disso, a *intelligentsia* europeia – como um exército vence-

* Este ensaio não pretende ser exaustivo; trata-se apenas de oferecer informações introdutórias sobre o tema. Charles S. Finch III escreveu sobre os principais autores do pensamento afrocentrado nos Estados Unidos a partir do século XX. Elisa Larkin Nascimento traduziu e reelaborou o texto, ampliando a periodização histórica, aprofundando certos temas, agregando referências e registrando informações sobre o contexto histórico. O texto sofre de uma limitação inicial: os dois autores estão mais familiarizados com os textos e as referências existentes em língua inglesa e com os autores norte-americanos. Certamente, em futuros estudos, outros pesquisadores poderão levantar com maior amplitude a contribuição de autores africanos de língua francesa, espanhola, portuguesa e outras, além da literatura (e da oratura) elaborada em línguas africanas.